



ASSESSORIA DE POLÍTICAS

Título da Política: Interim Income Eligible and Department of Transitional Assistance (DTA) Child Care Financial Assistance Policies
(*Políticas de Assistência Financeira para Cuidados Infantis com Renda Provisória Elegível e do Departamento de Assistência Transicional (DTA)*)

Número da Política: CCFA-25-03

Data de Lançamento: 3/18/2025

Data da Vigência: 4/1/2025

Link da Política: [Child Care Financial Assistance: Policy, Guidance and Resources | Mass.gov](#)

VISÃO GERAL

O EEC continua a fazer mudanças ativamente nos programas de Assistência Financeira para Cuidados Infantis do Estado para se alinhar aos Regulamentos de Assistência Financeira para Cuidados Infantis revisados (606 CMR 10.00) que entraram em vigor em 1º de outubro de 2023.

O EEC emitiu os Guias de Políticas Interinas de Renda Elegível, do Departamento de Crianças e Famílias (DCF) e do Departamento de Assistência Transicional (DTA) em vigor a partir de 1º de outubro de 2023, em antecipação a atualizações adicionais e outras mudanças necessárias para a implementação completa das políticas. Essas políticas provisórias permanecem em vigor, além de outros avisos de política de Assistência Financeira para Cuidados Infantis de apoio. Este aviso de política operacionaliza mais dessas mudanças de regulamentação e política, incluindo a política provisória para famílias que buscam assistência financeira para cuidados infantis e famílias que precisam de mais tempo para fornecer documentação para se qualificar para uma aprovação de 12 meses para assistência financeira para cuidados infantis e como se qualificar em várias necessidades de serviço.

APLICABILIDADE

Essas políticas se aplicam a todos os Administradores de Acesso Familiar (FAAs), uma pessoa ou organização que realiza a elegibilidade para Assistência Financeira para Cuidados Infantis, como agências de Recursos e Referências para Cuidados Infantis, e provedores contratados.

PRINCIPAIS ATUALIZAÇÕES

ATUALIZAÇÕES DE RENDA ELEGÍVEL

▪ **Alteração de autorização provisória/de busca de atividade aprovada**

A partir de 1º de abril de 2025, o período de autorização provisória mudará de 26 semanas com renovações ilimitadas para um ou dois períodos de 12 semanas dentro de uma autorização de 12 meses, dependendo das circunstâncias.

<i>Famílias com Autorização Provisória/Buscando Atividade Aprovada que...</i>	
Começaram antes de 4/1/25	Permanecem na Autorização Provisória de 26 semanas até que ela termine. Depois, as novas regras da política provisória de 12 semanas serão aplicadas, caso não atendam a outra necessidade de serviço.
Começaram em ou após 4/1/25	Uma nova política se aplica: podem receber uma Autorização Provisória de 12 semanas, caso não atendam a outra necessidade de serviço.

▪ **Políticas de atividades provisórias/de busca de aprovação**

A partir de 1º de abril de 2025, as famílias elegíveis para renda que buscam autorização inicial ou reautorização aprovada em ou após 1º de abril de 2025 podem receber uma autorização provisória de 12 semanas/Buscando atividade aprovada. As novas famílias devem verificar sua identidade, residência e composição familiar para serem consideradas elegíveis para assistência financeira para cuidados infantis por meio de uma autorização provisória. A elegibilidade presumida é um status temporário concedido a uma família que é avaliada para atender aos requisitos mínimos de elegibilidade para assistência para cuidados infantis com base na triagem inicial. Esse status permite que algumas famílias comecem a receber assistência para cuidados infantis enquanto procuram uma atividade ou reúnem documentação adicional de necessidade de serviço, se não puderem fornecê-la dentro de 30 dias após a solicitação de Assistência Financeira para Cuidados Infantis.

Qualquer família que foi aprovada para uma autorização provisória de 26 semanas antes de 1º de abril permanecerá até sua reautorização. Nesta ocasião, eles podem ser elegíveis para uma autorização provisória de 12 semanas/Buscando Atividade Aprovada, se não tiverem uma necessidade de serviço.

Uma autorização provisória se aplica somente a famílias presumivelmente elegíveis para assistência financeira de cuidados infantis sem uma necessidade de serviço, ou que precisem de mais tempo para verificar sua necessidade de serviço. Uma família deve ter 30 dias para fornecer toda a documentação de elegibilidade para se qualificar para uma autorização de 12 meses. A autorização provisória não deve ser autorizada antes do período de 30 dias. Uma família deve receber uma autorização de 12 meses assim que toda a documentação for fornecida e a FAA deve processar o pedido de assistência financeira de cuidados infantis dentro de 10 dias do recebimento da documentação.

No final do período provisório inicial de 12 semanas, uma família pode receber 12 semanas adicionais **somente** se puder verificar que uma necessidade de serviço (diferente de “Buscando Atividade Aprovada”) começará antes do final desse segundo período provisório. Por exemplo, um pai pode estar entre os semestres de primavera e outono na

escola e o período de inscrição para se matricular nas aulas ainda não começou, mas começará dentro do segundo período de 12 semanas.

Se a família não puder verificar completamente sua elegibilidade para Assistência Financeira para Cuidados Infantis até o final do período provisório, a colocação será encerrada. Uma família tem até 30 dias a partir da data de término da colocação para reabrir sua Assistência Financeira para Cuidados Infantis, se puder fornecer toda a documentação de elegibilidade que ainda falta. Se a família não fornecer isso dentro de 30 dias a partir da data do término da colocação, sua Assistência Financeira para Cuidados Infantis será encerrada. Uma família precisaria solicitar Assistência Financeira para Cuidados Infantis por meio da Lista de Espera após esse período.

Se toda a documentação for fornecida antes ou até o final do período provisório, a Assistência Financeira para Cuidados Infantis da família continuará até o final do período de autorização de 12 meses para o qual a autorização provisória foi emitida anteriormente.

Além disso, esta política se aplica a famílias com dois pais (mães), onde um ou ambos os pais podem precisar de um período provisório para um total de dois filhos na família durante um período de autorização de 12 meses.

As autorizações provisórias não devem ser utilizadas para as seguintes situações:

- Para combinar com emprego de 15 horas ou mais.
- Para agilizar a aprovação para equipe de Educação e Cuidados Infantis.
- Para Licença Parental.
- Para uma atividade ou trabalho verificado para começar dentro de 30 dias.

Autorização provisória/Buscando Atividade Aprovada pode ser usada somente quando qualquer atividade, ou combinação de atividades, for inferior a 20 horas por semana para permitir que os pais aumentem suas horas ou atendam a outra necessidade de serviço para elegibilidade contínua. Buscando Atividade Aprovada pode ser combinada somente com outras atividades de necessidade de serviço quando as outras atividades representam uma média de menos de 15 horas por semana. Além disso, combinar Buscando Atividade Aprovada com outras atividades de necessidade de serviço pode ser usada somente para conceder a uma família uma autorização provisória de 12 semanas.

A única exceção são os pais com uma necessidade de serviço de emprego apenas, ou uma combinação de emprego e educação e/ou treinamento igual a pelo menos 15 horas, mas menos de 25 horas semanais. Os pais que atendem a essa exceção são elegíveis para uma nova atividade de serviço chamada Pathway to Full-Time Employment, que será incluída como parte da sua necessidade de serviço. Veja as atualizações de necessidades de serviço abaixo.

▪ **Renda e taxas dos pais**

Se a família tiver renda contável quando uma autorização provisória for inserida com Seeking Approved Activity, a renda deverá ser inserida e uma taxa dos pais avaliada, se aplicável. Depois que a família fornecer as informações necessárias para continuar a autorização além do período provisório, as informações de renda mais atuais deverão ser

inseridas no sistema CCFA. Como um lembrete, uma vez que uma taxa dos pais tenha sido estabelecida para uma autorização, ela não poderá aumentar até a próxima reautorização. Observação: as taxas dos pais não são mais dispensadas em autorizações provisórias.

- **Relatório de alterações**

Pais que tiverem perda de necessidade de serviço durante um período de autorização de 12 meses podem ter sua atividade alterada para Seeking Approved Activity por 12 semanas. Cada pai pode ter direito a uma provisória adicional somente se tiver prova de que iniciará uma atividade antes do término do segundo período provisório de 12 semanas. Depois que uma família puder verificar que sua atividade começará nos próximos 30 dias ou antes, a atividade de necessidade de serviço deve ser atualizada e a autorização existente de 12 meses pode continuar. Depois disso, a família não seria elegível para usar Seeking Approved Activity novamente até que sua próxima autorização de 12 meses comece.

- **Reautorização**

Se uma família não concluir o processo de reautorização e sua autorização de assistência infantil terminar, ela terá 30 dias para fornecer qualquer documentação que falta para que sua Assistência Financeira para Assistência Infantil seja reaberta e reautorizada se continuar a atender a todas as outras regras de elegibilidade. Após 30 dias da data de término da autorização, a família deve ser colocada de volta na Lista de Espera. Como lembrete, o EEC não reembolsará os cuidados fornecidos sem uma colocação ativa para Assistência Financeira para Assistência Infantil.

ATUALIZAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TRANSITÓRIA

- **DTA buscando atividade aprovada**

Famílias ativas no TAFDC podem ser encaminhadas para um CCRR com uma referência DTA para Seeking Approved Activity. Este tipo de referência autorizará famílias por apenas 12 semanas. O DTA deve fornecer uma nova referência para TAFDC Approved Activity para que uma nova autorização seja concluída por 12 meses.

- **Assistência infantil transitória**

Para famílias do antigo TAFDC que estão se mudando de uma autorização de atividade aprovada pelo DTA ou acessando a Assistência Financeira para Cuidados Infantis dentro de 24 meses do fechamento do TAFDC, o DTA confirmará que os pais estão participando de uma atividade de necessidade de serviço permitida ao emitir uma referência de transição.

As FAAs verificarão a atividade de necessidade de serviço dos pais como parte da elegibilidade para o DTA Transitional Child Care. Em domicílios com dois pais, ambos os

pais devem atender às regras de elegibilidade. Se o domicílio tiver renda contável, ela deve ser inserida. Famílias que estão no primeiro ano do Transitional Child Care continuarão a não ter uma taxa para pais.

Se o pai/mãe não tiver uma atividade no momento em que estiver sendo avaliado para o Transitional Child Care, ele/ela será elegível para autorização provisória. Se uma antiga família TAFDC não atender às regras de necessidade de serviço e sua colocação em creche for encerrada, ele/ela continuaria a ter até 24 meses a partir do encerramento do caso TAFDC para acessar o atendimento com uma necessidade de serviço elegível.

NECESSIDADES ATUALIZADAS DE SERVIÇOS

A necessidade de serviço se refere ao motivo pelo qual uma família precisa de cuidados infantis e inclui o número de horas que um pai está participando de uma atividade aprovada. A seguir estão as necessidades de serviço atualizadas e novas que servem como uma atividade aprovada:

- **Caminho para o emprego em tempo integral**

O Pathway to Full-Time Employment (*Caminho para o emprego em tempo integral*) é uma nova necessidade de serviço que reconhece as diferentes maneiras pelas quais os pais empregados podem estar trabalhando para obter emprego em tempo integral, como treinamento profissional, educação e estágios. O Pathway to Full-Time Employment também permite que os pais trabalhem para aumentar suas horas ou encontrar um emprego mais estável.

Quando os pais estão trabalhando, ou trabalhando em combinação com educação e/ou treinamento, por pelo menos 15 horas, mas menos de 25 horas por semana, sem nenhuma outra atividade de necessidade de serviço permitida, as FAAs podem adicionar essa necessidade de serviço para fornecer uma autorização de 12 meses para cuidados infantis em tempo integral. Se a autorização atual incluir o Pathway to Full-Time Employment como uma necessidade de serviço, essa necessidade de serviço não poderá ser usada como uma necessidade de serviço na próxima reautorização. O tempo de viagem deve ser oferecido e incluído, se aplicável.

As famílias devem fornecer documentação que estabeleça razoavelmente as horas e salários dos pais no emprego e outras necessidades de serviço. Como um lembrete, os pais podem fornecer prova das suas horas semanais e renda auferida nas últimas 26 semanas que eles acham que mais refletem seu emprego. As horas de faculdade, educação e treinamento são calculadas com base nas horas verificadas de aula, clínica, crédito universitário ou estudo de trabalho. As FAAs devem consultar as Políticas de Assistência Financeira para Cuidados Infantis Elegíveis para Renda Interina para obter detalhes adicionais sobre o cálculo de horas.

- **Proteção**

Protective (*proteção*) é uma nova necessidade de serviço que reconhece outros desafios que podem estar atrapalhando a capacidade de um pai trabalhar ou a estabilidade da

sua família. Esta necessidade de serviço é para um pai que está sofrendo, ou sofreu, violência doméstica ou que está participando de tratamento ou reabilitação para transtorno de uso de substâncias. Essas necessidades de serviço podem ser usadas para qualificar uma família para uma autorização de 12 meses para cuidados em tempo integral, mesmo se o pai estiver trabalhando ou participando de um programa de educação ou treinamento. As famílias ainda serão obrigadas a enviar informações de renda, e uma taxa para os pais pode ser cobrada.

- **Violência Doméstica**

Quando uma família se qualifica para a necessidade de serviço de Proteção devido à violência doméstica, as FAAs devem trabalhar com os pais para obter uma autodeclaração assinada atestando uma situação de violência doméstica envolvendo os pais e/ou a criança e UM dos seguintes documentos para confirmar a necessidade de serviço:

- Registros judiciais, médicos, psicológicos, criminais, de serviços de proteção à criança (DCF), de serviço social, escolares ou policiais;
- Documentos que mostrem que o pai requerente obteve uma medida protetiva ou tomou outras medidas legais para acabar com a violência doméstica;
- Evidência de busca por um lugar seguro, como um abrigo; ou
- Uma carta refletindo que o pai participa, ou participou, de serviços de aconselhamento sobre violência doméstica, incluindo grupos de apoio.

- **Tratamento ou reabilitação para transtornos por uso de substâncias**

Quando uma família se qualifica para a necessidade de serviço de Proteção devido ao tratamento ou reabilitação de transtorno por uso de substâncias, as FAAs devem trabalhar com os pais para obter uma autocertificação do plano de tratamento dos pais e os seguintes documentos para confirmar a necessidade de serviço:

- Declaração escrita em papel timbrado profissional de uma autoridade médica certificada ou equipe do programa de tratamento, incluindo o nome e o tipo de programa, data de início e término previstos e horas por semana.

- **Licença parental**

Esta necessidade de serviço atualizada fornece aos pais que estão em licença temporária do emprego, educação ou treinamento por motivos relacionados ao nascimento de uma criança, à colocação de uma criança na família ou ao cuidado de uma criança, uma autorização de 12 meses para cuidados em tempo integral. Esta necessidade de serviço pode ser usada na autorização inicial ou reautorização para um dos pais em uma casa. Se um dos pais tiver necessidades de serviço adicionais, elas devem ser inseridas, incluindo benefícios de emprego ou Licença Médica Familiar Remunerada (PFML). Todas as rendas contáveis devem ser inseridas e uma taxa dos pais avaliada, se aplicável. Se o pai relatar a licença parental dentro de uma autorização ativa, esta necessidade de serviço pode permanecer até sua reautorização. Eles podem continuar a ser elegíveis por este motivo na reautorização com base em sua documentação.

As FAAs devem confirmar o nome dos pais, a data de início e término prevista da licença e o motivo da licença incluído em UM dos seguintes documentos para esta necessidade de serviço:

- carta do empregador/programa educacional ou de treinamento;
- carta do médico/agência de adoção;
- documento mostrando licença médica remunerada; ou
- autodeclaração assinada de que o pai está em licença parental.

▪ **Militares**

Esta nova necessidade de serviço qualifica famílias com um dos pais que está ativo nas forças armadas dos EUA, incluindo a Guarda Nacional, e destacado ou ativado para uma zona de combate, zona de serviço perigoso ou local para preparação para destacamento para uma zona de combate ou serviço perigoso. Famílias com uma necessidade de serviço militar se qualificarão para uma autorização de 12 meses para cuidados em tempo integral. Em uma casa com dois pais, o segundo pai não precisa ter sua própria necessidade de serviço. Se o pai principal ou o segundo pai (se fizer parte da casa) tiver qualquer outra necessidade de serviço, ela deve ser inserida e uma taxa de pai avaliada, se aplicável.

As FAAs confirmarão o status dos pais com os seguintes documentos para esta necessidade de serviço:

- Ordens militares que confirmam que o pai está no exército dos EUA e está atualmente destacado ou ativado em uma zona de combate, zona de serviço perigoso ou local para preparação para destacamento em uma zona de combate ou serviço perigoso.

▪ **Lembretes:**

- As FAAs devem informar os pais sobre todas as opções de necessidade de serviço enquanto exploram quaisquer desafios que eles identificarem na primeira interação.
- As FAAs devem conectar os pais sem uma necessidade de serviço a recursos de emprego, educação ou treinamento em sua área, como o MassHire Career Center ou outros programas de serviços de emprego com base em seus objetivos.
- A necessidade de serviço em tempo integral é definida como 25 horas ou mais por semana.
- Famílias com novo emprego no momento da autorização podem usar uma carta de emprego ou Formulário de Verificação de Emprego (EVF) para confirmar sua necessidade de serviço.
- Famílias que fornecem uma carta de emprego ou EVF devem receber uma autorização de 12 meses e serão inseridas no CCFA como "emprego".
- O pai ou pais devem fornecer recibos de pagamento na reautorização se inicialmente autorizados com uma carta de emprego ou EVF porque era um novo emprego.
- "Novo Emprego" e "Novo Trabalho Autônomo" não são mais opções selecionáveis no sistema CCFA.

RECURSOS

As informações nesta assessoria de políticas substituem todas as referências de autorização provisória e/ou de política de Busca de Atividade Aprovada nas seguintes seções das políticas de Assistência Financeira para Cuidados Infantis com Renda Elegível Interina:

- Necessidade de Serviço - Buscando Atividade Aprovada (metade da página 15)
- Necessidade de Serviço - Combinando Atividades de Necessidade de Serviço (metade da página 17)
- Elegibilidade - Períodos de Autorização (páginas 17-18)
- Elegibilidade – Períodos de Autorização – Reautorização (metade da página 18)
- Taxas dos Pais (página 23)

Esta assessoria fornece orientação atualizada apenas com relação a todas as outras disposições de Assistência Financeira para Cuidados Infantis compartilhadas anteriormente por meio das seguintes comunicações de políticas:

- [Interim Income Eligible Child Care Financial Assistance Policies - October 1, 2023](#)
- [Interim DTA-Related Child Care Financial Assistance Program Policies - October 1, 2023](#)
- [EEC Policy Advisory - Field Operations 7-2024](#) – Child Care Financial Assistance

Visite o site da EEC online [Hub for Child Care Financial Assistance Programs Changes](#) para obter os regulamentos, políticas provisórias e recomendações de políticas mais recentes.

Para obter assistência com a implementação ou interpretação dessas políticas provisórias de Assistência Financeira para Cuidados Infantis, entre em contato com o EEC em eeccsubsidymanagement@mass.gov.